

O PAPEL DA INSERÇÃO NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGVS) PARA A REDUÇÃO DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

The role of insertion in global value chains (GVCs) for poverty reduction in Latin America and the Caribbean

Lucas Baggi de Mendonça Lauria¹

¹Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. **Email:** lucasbaggi@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0121-4102>

Recebido em: 04 jan. 2022 | Aceito em: 18 dez. 2022.

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir os resultados de uma maior participação nas cadeias globais de valor (CGVs) para a redução dos índices de pobreza na América Latina e Caribe (ALC), especialmente tendo em vista o aumento da miséria no contexto pós-pandêmico. A hipótese testada no artigo é a de que quanto *maior* for a inserção da região da ALC nas cadeias globais de valor, *menor* será o nível de pobreza. Para testá-la, realiza-se uma análise de regressão linear múltipla com dados sobre a inserção da região em CGVs, oriundos da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), bem como com informações de pobreza extraídas do Banco Mundial, tendo por período de análise o intervalo entre 1991 e 2018. Como resultados, observa-se um decréscimo tímido na inserção da ALC em CGVs. Apesar disso, identifica-se uma correlação entre a participação em CGVs e a redução da pobreza, confirmando-se, com ressalvas, a hipótese proposta.

Palavras-chave: Cadeias Globais de Valor (CGVs). Pobreza. América Latina e Caribe (ALC).

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss the results of a higher participation in global value chains (GVCs) for the reduction of poverty rates in Latin America and the Caribbean (LAC), especially in view of the misery increase in the post-pandemic context. The hypothesis tested is the greater the region's insertion in global value chains, the lower the poverty levels. To test it, a multiple linear regression analysis is developed with data on the region's insertion in GVCs from the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), as well as aggregate poverty data extracted from the World Bank, for the period between 1991 and 2018. As the main results, we see a timid decrease in the region's insertion in GVCs. Despite that, we observe a correlation between participation in GVCs and the reduction of poverty. Such evidence makes it possible to confirm, although with reservations, the hypothesis proposed.

Keywords: Global Value Chains (GVCs). Poverty. Latin America and the Caribbean (LAC).

INTRODUÇÃO

Contexto

Ao longo das últimas décadas, a globalização revolucionou a maneira pela qual países, empresas e trabalhadores competem na economia internacional. Do ponto de vista econômico, tal fenômeno é marcado, sobretudo, pela terceirização de serviços de produção, para além das fronteiras, por meio de cadeias globais de valor (CGVs) (Gereffi, 2018).

A evolução de tais CGVs tem fortes implicações para o nível de emprego e renda das economias mais integradas, especialmente as nações em desenvolvimento. Para muitos países, especialmente os de baixa renda, a capacidade de se inserir efetivamente em CGVs é uma condição vital para o desenvolvimento. Isso supõe a capacidade de acessar CGVs, de competir

com sucesso, e de "capturar os ganhos" em termos de desenvolvimento econômico nacional, o qual tem impactos diretos e indiretos para a redução da pobreza (Gereffi, 2018).

Tendo tais fatores em mente, a análise da América Latina e do Caribe (ALC) ganha importância por quatro razões. Como primeira razão, trata-se de uma das regiões mais fechadas ao comércio internacional. Quando falamos da incidência de proteção tarifária para bens importados, a região fica atrás somente dos países da África Subsaariana, bem como das economias do Sul da Ásia (Banco Mundial, s.d). Em segundo lugar, trata-se da segunda região com maior número de medidas não tarifárias reportadas à Organização Mundial do Comércio (OMC), ficando atrás apenas dos países do Leste Asiático e Pacífico (OMC, s.d). Tais medidas, em virtude da pouca transparência, dificultam a integração aos fluxos do comércio internacional e, conseqüentemente, a evolução das economias em virtude dos benefícios de tal integração (Lauria, 2018). Como terceira razão, quando tratamos da participação nas CGVs, vê-se que, mesmo contendo uma quantidade significativa de países com alto potencial econômico, a região figura em uma posição de baixa relevância. Trata-se de uma participação de apenas 4.7% em relação às demais regiões do globo, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 1 - Participação relativa nas cadeias globais de valor por região

Região	Participação relativa nas cadeias globais de valor
Europa e Ásia Central	48.03%
Leste Asiático e Pacífico	28.91%
América do Norte	11.73%
América Latina e Caribe	4.71%
Oriente Médio e Norte da África	3.49%
Sul da Ásia	1.98%
África Subsaariana	1.15%

Fonte: elaboração própria com dados da UNCTAD (s.d).

Há de se considerar que a distância geográfica em relação às regiões mais integradas do globo, tais como Europa e Ásia Central, prejudica os processos de *nearshoring*². Apesar disso, vê-se que, para além do protecionismo já apontado, é possível entender o cenário de baixa relevância da região na participação em CGVs olhando para as decisões político-econômicas tomadas durante ao longo das últimas décadas. Em detrimento de diversificar e complexificar sua matriz econômica, a região aprofundou a sua dependência ao setor primário à luz dos ganhos de curto prazo trazidos pelas *commodities*. Chamado de ilusão desenvolvimentista (Svampa, 2019), tal fenômeno tem duas premissas principais. A primeira delas, a de que os preços das *commodities*, que subiram exorbitantemente durante os anos 2000, continuariam a subir. Em segundo lugar, que a demanda por *commodities* continuaria constante. A crise de 2008, no entanto, foi um balde de água fria. Preços e demanda caíram, e a China assumiu o protagonismo na região, impondo

² Definido como a internacionalização da produção de bens ou serviços para mercados próximos geograficamente à sede da empresa matriz (Piatanesi e Arauzo-Carod, 2019).

três consequências práticas para a América Latina: (i) as relações comerciais com o parceiro asiático crescem em detrimento da queda do volume comercializado com os Estados Unidos; (ii) a demanda chinesa por produtos latino-americanos concentrou-se no setor primário, especialmente nos setores mineral e de óleo e gás, reforçando uma lógica neoextrativista; (iii) a intensificação da presença da China estimulou a reprimarização da economia, desincentivando a industrialização (Svampa, 2019; Goulart and Bragatti, 2020).

Por fim, como quarta razão, constam os desafios que a região enfrenta para manter a pobreza³ em níveis baixos. Sem dúvidas, a região da ALC observou uma queda consistente da extrema pobreza nas últimas duas décadas (Banco Mundial, s.d). Esse foi um processo apoiado em dois principais pilares. O primeiro deles foi o alto preço das commodities possibilitado por condições favoráveis nos mercados internacionais. Como já apontado, apesar de terem constituído importante fonte de geração de superávits às economias latinoamericanas, construíram a já explicada ilusão desenvolvimentista. Como segundo pilar, constam as políticas públicas voltadas à redução da pobreza e desigualdade, as quais puderam ser expandidas devido aos superávits gerados pelas exportações de commodities. O modelo adotado de maneira mais ampla foram as chamadas *conditional cash transfers* (CCTs), que consistem, de maneira geral, em programas de transferência de renda que possuem exigem, como contrapartida ao recebimento do benefício, a frequência escolar de crianças, por exemplo (Levy, 2016). Apesar dos avanços oriundos desses dois pilares, a pandemia de COVID-19 reverteu essa tendência. Entre as regiões em desenvolvimento, a América Latina foi a mais afetada pela pandemia (CEPAL, 2020). O número de latino-americanos em situação de pobreza (33.7%) e extrema pobreza (12.5%) é o mais crítico dos últimos 20 e 12 anos, respectivamente. Adicionalmente, vê-se um agravamento no quadro de desigualdade na região, fato que reverte as tendências anteriormente positivas, as quais foram reconhecidas por Alvaredo *et. al* (2018), no relatório da desigualdade mundial, por Piketty (2020), em *Capital e Ideologia*, bem como por Calderón e Castells (2021), em recente publicação sobre a América Latina.

O contexto de aumento da pobreza, obviamente, requer a alocação de gastos públicos em políticas sociais para frear o aumento da desigualdade, havendo destaque para as já comprovadamente eficientes *conditional cash transfers policies*. No entanto, quando se vê o agravamento de tais índices em um cenário de alta proteção econômica, abre-se espaço para fomentar o debate acerca da criação de melhores condições nacionais para a inserção econômica da região em CGVs, em linha com o que vemos em Weiss (2012), Duménil e Lévy (2014), Hung (2018), e Tooze (2018), quando ressaltam a importância do papel do estado como promotor econômico no pós-crise de 2008, ou, ainda, em Watkins (2021), ao discutir os programas europeu e americano de recuperação e estímulo econômico do pós-covid. Em face disso, pretende-se, como objetivo geral nesse artigo, promover uma discussão sobre os resultados do aumento da participação em CGVs para a redução da pobreza na América Latina e Caribe. Vale apontar que o

³ De acordo com Sen (1999), a pobreza vai além da baixa renda, sendo definida como a privação de capacidades, tais como educação, saúde, saneamento, entre outras.

debate proposto, além de relevante, sobretudo no ambiente pós-pandêmico, insere-se em um contexto de baixa produção bibliográfica acerca do tema, havendo, portanto, espaço para a exploração de resultados inéditos no que toca à análise dos dados sobre a inserção da região em CGVs para a redução da pobreza.

Hipótese e metodologia

Como hipótese, propõe-se que quanto *maior* for a inserção da ALC nas CGVs, menor será o seu nível de pobreza. A metodologia empregada para alcançar o objetivo mencionado pode ser dividida em duas fases. A primeira delas consistirá em uma revisão sistemática da literatura utilizando a ferramenta *Web of Science*. Uma vez revisada a literatura, partiremos para o teste da hipótese proposta.

Para testar a hipótese, serão necessárias a consolidação e a análise dos dados sobre CGVs e pobreza. Por variáveis independentes, temos os indicadores de inserção nas cadeias globais de valor, quais sejam (i) *foreign value added* (FVA), que consiste no valor de fora adicionado às exportações do próprio país; (ii) *domestic value added* (DVA), que consiste no valor nacional agregado às exportações do próprio país; e o (iii) *indirect value added* (DVX), definido como o valor doméstico agregado às exportações de outros países (Casella et al., 2019). Vale apontar que tais indicadores serão somados com vistas a termos apenas um índice que traduza a participação da região em CGVs. Os dados serão extraídos da base de dados *Eora Global Value Chain* (GVC), desenvolvida pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD). Por variável dependente, por sua vez, temos a proporção de pessoas que vivem com menos de USD 1.90 ao dia, sendo esse um indicador compilado pelo Banco Mundial a nível global.

Para verificar a existência de correlação entre as variáveis independente e dependente, será realizado um teste de regressão linear múltipla. Os parâmetros adotados para interpretação dos resultados do teste de regressão estão dispostos no quadro 2:

Quadro 2 – Parâmetros para interpretação dos resultados do teste de regressão

Resultado	Interpretação
De -1 a -0.9	Correlação forte e negative
De -0.9 a -0.5	Correlação moderada e negative
De -0.5 a 0	Correlação fraca e negative
De 0 a 0.5	Correlação fraca e positive
De 0.5 a 0.9	Correlação moderada e positive
De 0.9 a 1	Correlação forte e positive

Fonte: Hinkle, Wiersma e Jurs (2003).

Tecidas as devidas considerações metodológicas, propõe-se estruturar o artigo em três seções para além da introdução. A primeira seção, intitulada “O debate sobre o papel das cadeias globais de valor para a redução da pobreza” contará com uma breve revisão da literatura relevante produzida recentemente sobre o tema. A segunda seção, intitulada “O que os dados dizem sobre a relação entre CGV e pobreza?”, apresenta os dados de pobreza e inserção nas cadeias globais

de valor, além de contar com a apresentação dos resultados do teste da hipótese proposta. Por fim, como terceira seção, serão apresentadas as considerações finais.

O DEBATE SOBRE O PAPEL DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

Os benefícios oriundos de uma maior participação nos fluxos do comércio internacional são objeto de debates acadêmicos há décadas. Em resumo, é possível dividir a literatura acerca de tais benefícios em dois grupos, sendo eles os que versam sobre os benefícios de curto e longo prazo. Em relação aos benefícios de curto prazo, vê-se (i) maior oferta de bens no mercado nacional, (ii) preços mais competitivos e acessíveis, fator crítico para as populações de menor renda, além da (iii) redução de custos nas matérias-primas para as indústrias nacionais com vantagens comparativas. Quanto aos benefícios de longo prazo, há (iv) a redução da pobreza e da desigualdade, o (v) fomento à competitividade nacional dos setores com vantagem comparativa, o (vi) aumento da produtividade, o (vii) aumento do número geral de empregos, bem como o (viii) aumento da qualidade do gasto público em educação, entre outros (Canuto, 2018; Franco, 2018; 2021; Kalout *et al.*, 2018; Pio *et al.*, 2018; Bernini e Lembergman, 2020; Bansah e Mohsin, 2021; Cheong e Jung, 2021; Fiorini *et al.*, 2021; Khan *et al.*, 2021; Murakami, 2021).

Segundo Baldwin (2008), Antràs e Staiger (2012), Ederington e Ruta (2016), e Ruta (2017), uma maior inserção nas cadeias globais de valor implica em uma maior integração comercial com os mais diversos mercados por meio de acordos de livre comércio. A esse respeito, os autores apontam que para garantir o bom funcionamento das atividades de produção que foram internacionalizadas, a celebração de acordos voltados à redução tarifária, bem como à regulamentação de temas que se enquadram no que a literatura de comércio internacional classifica como *behind-the-border policies* ou medidas não-tarifárias, torna-se necessária. Vale apontar, ainda, que o caminho inverso também é válido, uma vez que a celebração de tais acordos também encoraja o movimento de internacionalização do processo produtivo (Ruta, 2017).

Há, contudo, uma ampla discussão acerca do potencial de criação ou desvio de comércio oriundos de tais acordos. Vê-se, de um lado, a sustentação sobre tais acordos fragmentarem o comércio global, além de criarem regras diversas entre diferentes regiões que dificultam o livre comércio e reforçam a lógica do *spaghetti bowl* (Bhagwati, 1995), causando danos para os membros e, especialmente, para não-membros de tais concentrações. Por outro lado, há extensa produção bibliográfica ressaltando que a materialização do regionalismo na forma de acordos regionais é benéfica à criação de comércio e, conseqüentemente, para a promoção de bem-estar (Ahcar and Rodríguez, 2020; Anderson e Yotov, 2016; Bagwell *et al.*, 2016; Baier *et al.*, 2019; Baldwin, 2016; Baldwin e Freund, 2011; Baldwin e Seghezza, 2010; Calvo-pardo *et al.*, 2009; Chafer *et al.*, 2021; Estevadeorval *et al.*, 2008; Pfaffermayr, 2020).

É igualmente importante apontar, para além da discussão sobre criação ou desvio de comércio, para o crescente debate sobre as tendências de *backshoring*, *reshoring* ou, ainda, *onshoring*. Tais conceitos tornaram-se mais difundidos devido às disrupções das cadeias produtivas e, por vezes, aumentos de tarifas, vistos durante a pandemia da COVID-19, bem como

após o início dos ataques da Rússia à Ucrânia. De maneira geral, trata-se do movimento de trazer de volta para o território da matriz parte da cadeia produtiva anteriormente internacionalizada para fins de redução de custos e ganhos de produtividade (Stentoft *et al.*, 2016; Di Mauro *et al.* 2018; Piatanesi e Arauzo-Carod, 2019). Segundo Stentoft *et al.* (2016), são motivadores frequentes para os movimentos de backshoring o (i) acesso a pessoas qualificadas, sobretudo para negócios intensivos em pesquisa e desenvolvimento; (ii) riscos legais, devido a arcabouços jurídicos com baixa proteção à propriedade intelectual; (iii) de disrupções de cadeia, tal como visto durante a pandemia (Kollewe, 2022); (iv) riscos de variações cambiais abruptas; (v) desejo de maior proximidade com o consumidor final; ou, ainda, (iv) incentivos governamentais na origem. Tais discussões, apesar de relevantes, não parecem tirar a relevância da inserção econômica nas cadeias globais de valor para fins de desenvolvimento econômico e promoção do bem-estar.

No que toca à criação de bem-estar, parte da literatura dedicada ao estudo das cadeias globais de valor tem se debruçado à análise de seus impactos para a redução da pobreza. Trata-se, aqui, do conceito de *social upgrading*, o qual tem sido fomentado por Gary Gereffi em diversas publicações, desde 1994. Entende-se por *social upgrading*, no contexto das cadeias globais de valor, como a consequência dos impactos positivos da geração de empregos e impostos oriundos da maior participação de empresas na economia para as mais diversas esferas sociais (Puppim de Oliveira, 2008; Gereffi, 2018), incluindo a redução da pobreza. No que toca à lógica de *upgrading*, diversos estudos foram publicados nos últimos 20 anos acerca do tema (Nadvi, 2004a; 2004b; Clay, 2005; Altenburg, 2007; Barrientos *et al.*, 2011; Grillo, 2011; Oehmke *et al.*, 2011; Barrientos *et al.*, 2012; Lee *et al.*, 2012; Cattaneo *et al.*, 2013; Wilshaw, 2013; Puppim de oliveira e Fortes, 2014; Bernhardt e Pollak, 2015; Vermeire *et al.*, 2017; Van Den Broeck *et al.*, 2017; De Blasis, 2020; Feyaerts *et al.*, 2020). Tais estudos, de maneira geral, ressaltam os efeitos diretos e indiretos das CGVs para o aumento de renda, emprego e redução da pobreza.

Das referências citadas, vale iniciar destacando o trabalho de Nadvi (2004a; 2004b). Ao explorar a conexão entre cadeias globais de valor e pobreza, o autor constata que uma maior participação em CGVs possui implicações positivas para a redução da pobreza, sobretudo nos setores de vestuário, têxteis e horticultura. Segundo ele, trabalhadores inseridos em CGVs beneficiam-se mais em detrimento de trabalhadores semelhantes empregados na economia doméstica não integrada. Como desafios de políticas públicas, o autor aponta para a importância de criar um ambiente de negócios atrativo para esse tipo de cadeia. Adicionalmente, em Nadvi (2004a), vemos uma ampla seleção de casos que reforçam a hipótese proposta no presente artigo. A título de exemplo, o autor ilustra a redução da pobreza via inserção em CGVs nas indústrias de bambu, alimentos, móveis e têxteis, na Indonésia; na piscicultura, no Quênia; na indústria têxtil, no México; no setor de vestuário peruano; e no setor manufatureiro, na Itália.

Em uma perspectiva mais teórica, Altenburg (2007) aponta que, embora a estrutura das cadeias de valor e seus efeitos na redução da pobreza dependam de uma ampla gama de fatores, tais como a execução de políticas públicas voltadas à seara social, há evidências para associar o crescimento econômico impulsionado por uma maior participação em CGVs à redução da pobreza.

No mesmo sentido, Barrientos *et al.* (2011) reconhecem os benefícios de uma maior integração a CGVs, sobretudo no que toca ao processo de *upgrading* e suas implicações positivas para a geração de renda, porém também destacam a importância do papel do estado como agente regulador, bem como das políticas de *compliance* trabalhista, adotadas por empresas para evitar o que denominam de *downgrading*. Indo na mesma direção, Bernhardt e Pollak (2015), ao estudarem os setores de vestuário, telefonia, alimentos e turismo, encontram implicações positivas para o nível de emprego e aumento de renda em virtude de uma maior integração nas CGVs.

Ainda sobre estudos de caso, Clay (2005), Grillo (2011) e Wilshaw (2013) levantam exemplos de inserção de cadeias locais em cadeias globais na Indonésia, com a Unilever, em Zâmbia e El Salvador, com a Cola-Cola e SABMiller, bem como no Kenya, com a importação de grãos por parte do Walmart do Reino Unido. Tais casos, segundo os resultados apontados, foram importantes inserções para a promoção de renda, emprego e, conseqüentemente, para a redução da pobreza nesses países. Gereffi (2018), na mesma direção, discorre sobre os benefícios da integração em CGVs de pequenos produtores na América Central. Caso semelhante pode ser observado no Brasil, com relação à cultura do Guaraná no município de Maués, no Amazonas. Segundo o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia ([IDESAM], s.d), pequenos produtores foram integrados à cadeia de fornecimento da Ambev, mediante o recebimento gratuito de mudas doadas pela empresa, e tiveram aumentos expressivos de renda, na ordem de 52%.

Estudando casos análogos, Puppim de Oliveira e Fortes (2014), ao analisarem as cadeias produtivas de óleo para cosméticos e mel orgânico, na região nordeste do Brasil, também encontram boas evidências para afirmar que há implicações positivas das CGVs para a geração de emprego e renda. Resultados semelhantes são encontrados por Vermeire *et al.* (2017), ao estudarem a África do Sul; Van Den Broeck *et al.* (2017), ao analisarem a inserção da horticultura do Senegal nas cadeias internacionais de exportação; De Blaze (2020), em uma análise da inserção em CGVs da horticultura da Tanzânia; bem como por Feyaerts *et al.* (2020), em diversas análises de múltiplos países do continente. Concatenando a argumentação das referências já citadas, Cattano *et al.* (2013), em relatório do Banco Mundial, demonstra que promover a inclusão sustentável de pequenos produtores em cadeias globais de valor é fundamental para o combate à pobreza.

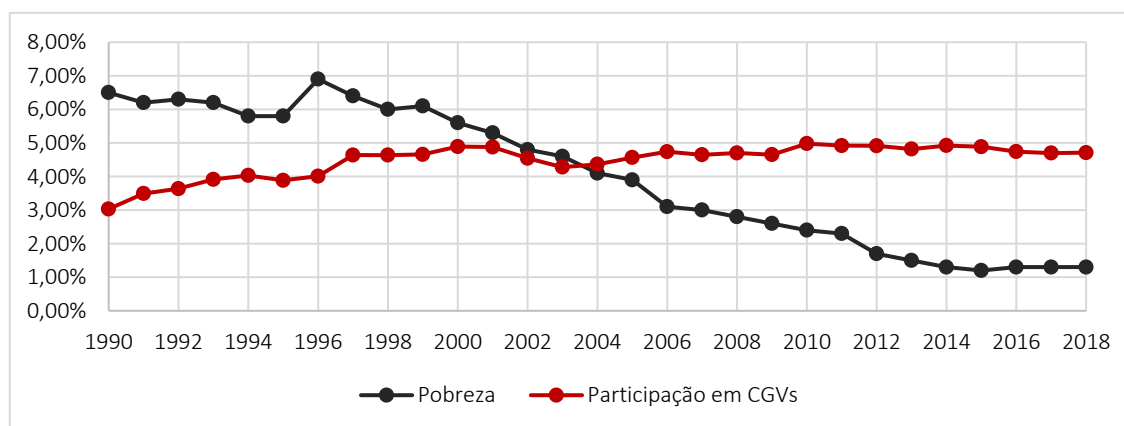
A partir da breve revisão de literatura apresentada, é possível tirar ao menos quatro conclusões. Em primeiro lugar, vê-se que uma maior inserção em CGVs é um encorajador à celebração de acordos de livre comércio, dado que a internacionalização de cadeias produtivas demanda a redução de tarifas e de medidas não-tarifárias, de modo a tornar mais fluida a movimentação de bens e serviços dentro das cadeias. Em segundo lugar, vê-se que uma maior participação nos fluxos comerciais globais gera benefícios de curto e longo prazo para a economia de um país, bem como para seus níveis de pobreza e desigualdade. Em terceiro lugar, há um debate, ainda não concluído na academia, acerca da criação ou desvio de comércio oriundo dessa

maior participação materializada em acordos regionais de comércio. Em quarto lugar, por fim, apesar da crescente discussão sobre os movimentos de *backshoring*, há vasto número de casos que demonstram, empiricamente, que uma maior inserção em CGVs promove ganhos de renda e emprego que, consequentemente, contribuem para reduzir os níveis de pobreza, sobretudo nos setores da horticultura e agricultura, produção têxtil, e vestuário. Uma vez expostos os principais aspectos da literatura acerca da relação entre CGVs e pobreza, segue-se à análise dos dados e teste da hipótese proposta.

O QUE OS DADOS DIZEM SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CGVs E POBREZA?

Para responder a essa pergunta, é importante retomar a hipótese proposta. Sugere-se, como hipótese, que quanto *maior* for a inserção da ALC nas cadeias globais de valor, *menor* será o nível de pobreza. Para testá-la, é necessário relacionar a variável independente, participação nas CGVs, com a variável dependente, pobreza, medida pela proporção de pessoas que vivem com menos de USD 1.90 ao dia. Ambas as variáveis se encontram dispostas de forma gráfica abaixo:

Gráfico 1 – Participação em CGVs x pobreza (1990-2018)



Fonte: elaboração própria com dados da UNCTAD (s.d) e Banco Mundial (s.d).

Vê-se, de maneira clara, que embora a participação em CGVs da ALC não seja expressiva, houve uma leve evolução ao longo do período em análise. Entre 1990 e 2000, a região saiu de uma participação de 3.03% para 4.89%. Nesse interim, o maior nível de participação foi de apenas 4.98%, alcançado em 2010. A partir de 2010, observamos uma ligeira queda. Já o índice de pobreza, que possui tendência geral decrescente desde a década de 90, teve seu maior período de melhoria a partir dos anos 2000, quando figurava em 5.60%, evoluindo para 1.30%, em 2018.

Ao analisarmos o gráfico, notamos uma relação inversa entre os índices, fato esperado à luz da hipótese proposta. Ao avaliar estatisticamente a relação entre ambas as curvas, por meio do teste de regressão linear múltipla, encontramos um coeficiente⁴ de determinação R^2 0.44. Ou seja, indica-se a presença de correlação negativa, porém fraca. Grosso modo, portanto, é possível dizer que 44% da evolução da curva de pobreza poderia ser explicada pela evolução da curva de

⁴ Para um intervalo de confiança de 95%, N = 29, e um p-valor 0.0000785199374858463.

participação em CGVs. Portanto, é possível provar a hipótese proposta, porém com ressalvas, dado o baixo coeficiente de determinação. A esse respeito, conforme evidência encontrada na literatura, torna-se preciso mapear mais variáveis independentes e/ou intervenientes, tais como dados sobre políticas sociais, para que o teste resulte em maior expressividade estatística.

Uma vez apontado o resultado da análise de dados, passa-se às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do exercício realizado nas últimas páginas, vimos que a região da América Latina e Caribe está marcada por forte protecionismo tarifário e não-tarifário, além de possuir uma profunda dependência neoextrativista, produto de um processo consistente de reprimarização que foi intensificado pela presença chinesa na região. Não bastasse tal cenário, a pandemia agravou a desigualdade, o desemprego e, sobretudo, a pobreza.

Em face disso, demonstrou-se, por meio da literatura, que uma maior participação nos fluxos comerciais globais, para além dos gastos sociais voltados à redução da pobreza, pode ser uma alternativa de reforço para a superação desse quadro. Como vimos, a literatura aponta para a geração de benefícios de curto e longo prazo, oriundos de uma abertura comercial, para a competitividade da indústria nacional, melhoria dos níveis de renda, emprego, entre outros. Há, nesse sentido, vasto número de casos que demonstram, empiricamente, que uma maior inserção nas cadeias globais de valor contribui para promover, direta ou indiretamente, a redução dos níveis de pobreza, sobretudo nos setores da horticultura e agricultura, produção têxtil, e vestuário.

A análise dos dados de pobreza e participação em CGVs para a região mostrou haver correlação entre as variáveis, fato que ressalta a importância de inserção da ALC em tais cadeias. Em face disso, devido aos benefícios apontados oriundos de uma redução do protecionismo e da inserção em CGVs, o estado figura como um ator-chave, sobretudo no contexto pós-pandêmico. Preservadas as especificidades de cada país, vê-se ser necessário um estado que, para além do aperfeiçoamento das políticas sociais voltadas à redução da pobreza e da desigualdade, trabalhe pela simplificação e aperfeiçoamento do ambiente de negócios. Tais movimentos devem ser executados com vistas à atração de investimentos, fomento à atividade econômica, e criação de melhores condições de competitividade nacional. Como consequência, logra-se a inserção de suas cadeias domésticas nas cadeias globais de valor, competindo com sucesso na economia global e "capturando os ganhos" em termos de desenvolvimento econômico nacional, construção de capacidades e geração de mais e melhores empregos para reduzir a pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ahcar-Olmos, J. & Rodríguez-Barco, D. (2020). "A sensitivity analysis on the impact of regional trade agreements in bilateral trade flows". *Estudios de Economía*, Vol. 47, pp. 193-219.

Altenburg, T. (2007). *Donor approaches to supporting pro-poor value chains*, s.l.: s.n.

Alvaredo, F. et al. (2018). *Relatório da Desigualdade Mundial 2018*. Rio de Janeiro: s.n.

Anderson, J. E. & Yotov, Y. V. (2016). "Terms of trade and global efficiency effects of free trade agreements". *Journal of International Economics*, Volume 99, pp. 279-298.

Antràs, P., and R. Staiger. (2012). "Offshoring and the Role of Trade Agreements." *American Economic Review* 102 (7): 3140–83

Bagwell, K., Bown, C. P., & Staiger, R. W. (2016). "Is the WTO passé?". *Journal of Economic Literature*, 54(4), 1125-1231.

Baier, S. L; Yotov, Y. V.; Zylkin, T. (2019). "On the widely differing effects of free trade agreements: Lessons from twenty years of trade integration". *Journal of International Economics*, Volume 116, pp. 206-226.

Baldwin, R. (2008). "Big-Think Regionalism: A Critical Survey." NBER Working Paper No. 14056, NBER, Cambridge, MA.

Baldwin, R. (2016). "The World Trade Organization and the future of multilateralism". *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 30, pp. 95-116.

Baldwin, R. & Freund, C. (2011). *Preferential trade agreements and multilateral liberalization. Preferential Trade Agreement Policies for Development - A Handbook*. Washington: World Bank.

Baldwin, R. & Seghezza, E. (2010). "Are Trade Blocs Building or Stumbling Blocks". *Journal Of Economic Integration*, Vol. 25, pp. 276-297.

Banco Mundial (s.d). *Poverty headcount ratio at \$1.90 a day (2011 PPP) (% of population)*. [Online] Available at: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY>[Acesso em outubro 2021].

Banco Mundial (s.d). *Tariff rate, applied, simple mean, all products (%)*. [Online] Available at: <https://data.worldbank.org/indicator/TM.TAX.MRCH.SM.AR.ZS>[Acesso em Outubro 2021].

Bansah, M. & Mohsin, M. (2021). "Welfare implications of trade liberalization when revenue matters". *The Journal of International Trade & Economic Development*, Janeiro, 30(4), pp. 574-595.

Barrientos, S., Gereffi, G., & Nathan, D. (2012). Economic and social upgrading in global value chains: Emerging trends and pressures. *Capturing the Gains Summit Briefing, December* <http://www.capturingthegains.org/pdf/CTG-GVC.pdf>,(accessed 9 May 2015).

Barrientos, S., Gereffi, G., & Rossi, A. (2011). Economic and social upgrading in global production networks: A new paradigm for a changing world. *International Labour Review*, 150(3-4), 319-340.

Bernhardt, T., & Pollak, R. (2015). Economic and social upgrading dynamics in global manufacturing value chains: A comparative analysis. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 48(7), 1220-1243.

Bernini, F. G. & Lembergman, E. G. (2020). *The impact of import barriers on firm performance: Evidence from Import Licenses in Argentina*. [Online] Available at: <https://aaep.org.ar/anales/works/works2020/Bernini.pdf>[Acesso em 2021].

- Bhagwati, J. (1995). *US Trade Policy: The Infatuation with FTA*. Washington, American Economic Association, pp. 1-23.
- Calderón, F. & Castells, M. (2021). A globalização da América Latina: da crise do neoliberalismo à crise do neodesenvolvimentismo. Em: Zahar, ed. *A Nova América Latina*. Rio de Janeiro: s.n., pp. 23-57.
- Calvo-Pardo, H., Freund, C. & Ornelas, E. (2009). *The ASEAN Free Trade Agreement: Impact on Trade Flows and External Trade Barriers*, Washington: World Bank.
- Canuto, O. (2018). Benefícios e custos da abertura do comércio exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Issue 127, pp. 3-7.
- Casella, B., Bolwijn, R., Moran, D. & Kanemoto, K. (2019). "Improving the analysis of global value chains". *Transnational Corporations*, 26(3).
- Cattaneo, O., Gereffi, G., Miroudot, S., & Taglioni, D. (2013). Joining, upgrading and being competitive in global value chains: a strategic framework. *World Bank Policy Research Working Paper*, (6406).
- Chafer, C.; Gil-Pareja, S.; Llorca-Vivero, R. (2021). Warning: Bilateral trade agreements do not create trade. *Bulleting of Economic Research*.
- Cheong, J. & Jung, S. (2021). "Trade liberalization and wage inequality: Evidence from Korea". *Journal Of Asian Economics*, Fevereiro. Volume 72.
- Clay, J. W. (2005). *Exploring the links between international business and poverty reduction: A case study of Unilever in Indonesia*, s.l.: s.n.
- Di Mauro, C., Fratocchi, L., Orzes, G., & Sartor, M. (2018). "Offshoring and backshoring: A multiple case study analysis". *Journal of Purchasing and Supply Management*, 24(2), 108-134.
- De Blasis, F. (2020). "Global horticultural value chains, labour and poverty in Tanzania". *World Development Perspectives*, 18, 100201.
- Duménil, G. & Lévy, D. (2014). *A Crise do Neoliberalismo*. São Paulo: s.n.
- Ederington, J., M. Ruta. (2016). "Non-Tariff Measures and the World Trading System." In: K. BAGWELL, K.; STAIGER, R.. *Handbook of Commercial Policy*, Vol. 1B. Amsterdam: North Holland.
- Estevadeordal, A., Freund, C. & Ornelas, E. (2008). *Does regionalism affect trade liberalization towards non-members?*, Washington: World Bank.
- Feyaerts, H., Van den Broeck, G., & Maertens, M. (2020). Global and local food value chains in Africa: A review. *Agricultural Economics*, 51(1), 143-157.
- Fiorini, M., Sanfilippo, M. & Sundaram, A., 2021. Trade liberalization, roads and firm productivity. *Journal of Development Economics*, Novembro. Volume 153.
- Franco, G. (2018). A abertura é para ontem: o "Brazil" dentro do Brasil. *Diálogos estratégicos*, Julho, 1(2), pp. 16-20.

Franco, G. (2021). *Lições amargas: uma história provisória da atualidade*. São Paulo: História Real.

Gereffi, G. (2018). Global Value Chains, Development, and Emerging Economies. Em: C. U. Press, ed. *Global Value Chains and Development Redefining the Contours of 21st Century Capitalism*. s.l.:s.n., pp. 343-380.

Goulart, R. & Bragatti, M. (2020). "Dragon in the "backyard": China's investment and trade in Latin America in the context of crisis". *Brazilian Journal of Political Economy*, 40(3), pp. 446-461.

Grillo, B. (2011). *Exploring the links between international business and poverty reduction: The Coca-Cola/SABMiller value chain impacts in Zambia and El Salvador*, s.l.: s.n.

Hinkle, D. E., Wiersma, W. & Stephen, J. G. (2003). *Applied statistics for the behavioral sciences*. Boston: s.n.

Hung, H. F. (2018). "A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global". *Revista de Economia Contemporânea*, 22(1), pp. 1-26.

IDESAM (s.d). *Aliança Guaraná de Maués*. [Online] Disponível em: <https://idesam.org/en/projetos/agm/> [Acesso em outubro 2021].

Kalout, H. et al.. (2018). *Abertura Comercial para o Desenvolvimento Econômico*. [Online] Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/03/relatorio-sae-08-03.pdf> [Acesso em 2021].

Kollewe, J. (2022). Friendshoring: what is it and can it solve our supply problems? *The Guardian*. [Online] Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2022/aug/06/friendshoring-what-is-it-and-can-it-solve-our-supply-problems> [Acesso em novembro 2022].

Khan, M. A., Walmsley, T. & Mukhopadhyay, K. (2021). "Trade liberalization and income inequality: The case for Pakistan". *Journal of Asian Economics*, Junho. Volume 74.

Lauria, L. B. d. M. (2018). *The relationship between regional trade agreements, non-tariff measures, and WTO ministerial conferences*, Brasília: s.n.

Levy, S. (2016). "Poverty in Latin America: Where do we come from, where are we going". *Op-ed. The Brookings Institution*, 10.

Murakami, Y. (2021). "Trade liberalization and wage inequality: Evidence from Chile". *The Journal of International Trade & Economic Development*, Janeiro, 30(3), pp. 407-438 .

Nadvi, K. (2004a). "Globalisation and Poverty: how can global value chain research inform the policy debate?". *IDS bulletin*, 35(1), pp. 20-30.

Nadvi, K. (2004b). *Industrial Clusters and Poverty Reduction: Towards a methodology for poverty and social impact assessment of cluster development initiatives*.

Organização Mundial do Comércio. (s.d.) *I-TIP Goods: Integrated analysis and retrieval of notified non-tariff measures*. [Online] Available at: <http://i->

tip.wto.org/goods/Forms/TableView.aspx?mode=modify&action=search [Acesso em outubro 2021].

Pfaffermayr, M. (2020). "Trade creation and trade diversion of economic integration agreements revisited: a constrained panel pseudo-maximum likelihood approach". *Review of World Economics*, p. Review of World Economics.

Piatanesi, B., & Arauzo-Carod, J. M. (2019). "Backshoring and nearshoring: An overview". *Growth and Change*, 50(3), 806-823.

Piketty, T. (2020). *Capital e Ideologia*. Rio de Janeiro: s.n.

Pio, C., Repezza, A. P., Gouget, R. & Montes, L. G. (2018). "A Indústria 4.0, O Comércio Internacional e o Brasil". *Diálogos estratégicos*, Julho, 1(2), pp. 10-15.

Puppim de Oliveira, J. A. (2008). "Introduction: Social upgrading among small firms and clusters". Em: Ashgate, ed. *Upgrading clusters and small enterprises in developing countries: Environmental, labor, innovation and social issues*. Burlington: s.n., pp. 1-21.

Ruta, M. (2017). "Preferential trade agreements and global value chains: Theory, evidence, and open questions". *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 8190.

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. s.l.:s.n.

Stentoft, J., Olhager, J., Heikkilä, J., & Thoms, L. (2016). "Manufacturing backshoring: a systematic literature review". *Operations Management Research*, 9(3), 53-61.

Svampa, M. (2019). *As Fronteiras do Neoextrativismo*. São Paulo: Elefante.

Tooze, A. (2018). *Crashed: how a decade of financial crisis changed the world*. New York: s.n.

UNCTAD (s.d). *Eora Global Value Chain Database*. [Online] Available at: <https://worldmrio.com/unctadgvc/> [Acesso em outubro 2021].

Van Den Broeck, G., Swinnen, J. & Maertens, M. (2017). "Global value chains, large-scale farming, and poverty: Long-term effects in Senegal". *Food Policy*, Vol. 66, pp. 97-107.

Vermeire, J. A., Bruton, G. D. & Cai, L. (2017). "Global value chains in Africa and development of opportunities by poor landholders". *Review of Social Economy*, 75(3), pp. 280-295.

Watkins, S. (2021). "Pradigm shifts". *New Left Review*, Issue 128, pp. 1-24.

Weiss, L. (2012). "The Myth of the neoliberal state". Em: Palgrave, ed. *Developmental Politics in Transition*. London: s.n., pp. 27-42.

Wilshaw, R. (2013). *Exploring the links between international business and poverty reduction: bouquets and beans from Kenya*, s.l.: s.n.